15ª Edição | Ano 4 | Dezembro 2018

REVISTA CRCSP

Arbitragem, Mediação e Perícia

O perito contador no processo de **recuperação judicial**

Academia

Tecnologia e novas metodologias de ensino facilitam o aprendizado

A contribuição da Contabilidade no novo modelo de negócios do mundo

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO
GESTÃO 2018-2019

CONSELHO DIRETOR
PRESIDENTE: Marcia Ruiz Alcazar
VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: José Donizete Valentina
VICE-PRESIDENTE DE FISCALIZAÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA: José Aparecido Maion
VICE-PRESIDENTE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL: João Carlos Castilho Garcia
VICE-PRESIDENTE DE REGISTRO: Cibele Pereira Costa

CÂMARA DE RECURSOS
COORDENADOR: Paulo Roberto Martinello Júnior
VICE-COORDENADOR: Silmar Marques Palumbo
MEMBRO: Umberto José Tedeschi

CÂMARA DE CONTROLE INTERNO
COORDENADOR: Valmir Leôncio da Silva
VICE-COORDENADOR: Cláudio Gonçalo Longo
MEMBRO: Carlos Alberto Vieira

I CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENADOR: José Luiz Ribeiro de Carvalho
VICE-COORDENADORA: Suely Gualano Bossa Serrati
MEMBROS: Fernando Almeida Santos, Paulo Cesar Adorno e Willian Pereira Pinto

II CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENADORA: Elizabeth Castro Maurenza de Oliveira
VICE-COORDENADOR: Willian Peterson de Andrade
MEMBROS: Emir Castilho e Manoel Nascimento Veríssimo

III CÂMARA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENADOR: Marcelo Roberto Monello
VICE-COORDENADOR: Manassés Efraim Afonso
MEMBROS: Emerson Aparecido Macedo, Marcelo Gomes de Barros e Takeru Horikoshi

CÂMARA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
COORDENADORA: Angela Zechinelli Alonso
VICE-COORDENADOR: Alexandre Sanches Garcia
MEMBROS: Adriano Gilioli, Bethel Corcoruto Lombardi, Flávia Augusto e Mariano Amádio

CÂMARA DE REGISTRO
COORDENADOR: Alexandre Ferezini
VICE-COORDENADORA: Inez Justina dos Santos
MEMBROS: José Carlos Duarte Leardine e Renato Prone Teixeira da Silva

CÂMARA DE POLÍTICA INSTITUCIONAL
COORDENADOR: José Donizete Valentina
VICE-COORDENADOR: José Aparecido Maion
MEMBROS: João Carlos Castilho Garcia e Cibele Pereira Costa

CONSELHEIROS EFETIVOS
Marcia Ruiz Alcazar, José Donizete Valentina, José Aparecido Maion, João Carlos Castilho Garcia, Cibele Pereira Costa, Adriano Gilioli, Alexandre Ferezini, Alexandre Sanches Garcia, Angela Zechinelli Alonso, Bethel Corcoruto Lombardi, Carlos Alberto Vieira, Cláudio Gonçalo Longo, Elizabeth Castro, Maurenza de Oliveira, Emerson Aparecido Macedo, Emir Castilho, Fernando de Almeida Santos, Flávia Augusto, Inez Justina dos Santos, José Carlos Duarte Leardine, José Luiz Ribeiro de Carvalho, Manassés Efraim Afonso, Manoel do Nascimento Veríssimo, Marcelo Gomes de Barros, Marcelo Roberto Monello, Mariano Amadio, Silmar Marques Palumbo, Paulo César Adorno, Paulo Roberto Martinello Junior, Renato Prone Teixeira da Silva, Suely Gualano Bossa Serrati, Takeru Horikoshi, Umberto José Tedeschi, Valmir Leôncio da Silva, William Pereira Pinto e William Peterson de Andrade

CONSELHEIROS SUPLENTES
Adilvo Pinheiro de Oliveira França Junior, Adriana Barbosa dos Anjos, Alexandre Juniti Kita, Andressa Cristine Calu Galindo, Breno Acimar Pacheco Correa, Bruno Alexandre Cruz, Bruno Roberto Kalkevícius, Caio Martins dos Santos, Derneval Gondim Freire, Eduardo Affonso de Vasconcelos, Eduardo José Rodrigues, Hamilton Ubirajara Meneghel, Heloisa de Castro Alves de Souza, Jairo Balderrama Pinto, João Edison Deméo, José Augusto Picão, Luis Carlos do Rego, Luiz Cláudio da Costa, Marcelo de Almeida Prado, Marcelo Viaro Berloffa, Márcio Lério da Silva, Márcio Zago, Níveson da Costa Garcia, Priscila Cristina Provazi, Roberson de Medeiros, Roberto Yoshio Kuabata, Rosângela Maria da Costa Menezes, Sérgio Januário de Freitas, Selma do Carmo Ribeiro, Vera Lúcia Vada, Vitória Lopes da Silva, Wander Pinto e Wanderley Aparecido Justi Júnior

Revista CRCSP
Diretora: Marcia Ruiz Alcazar
Editora: Graça Ferrari - MTb 11347
Redatores: Graça Ferrari; Thiago Benevides – MTb 68188
Periodicidade: Trimestral
Projeto gráfico e diagramação: Phábrica de Produções: Alecsander Coelho, Daniela Bissiguini, Ércio Ribeiro, Icaro Bockmann, Marcel Casagrande, Marcelo Macedo, Paulo Ciola, Kauê Rodrigues e Rodrigo Alves
Impressão: Gráfica Esdeva
Tiragem: 45 mil

A direção da entidade não se responsabiliza pela opiniões emitidas nas matérias e artigos assinados. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou qualquer meio, sem prévia autorização.

Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo
Rua Rosa e Silva, 60 – Higienópolis
01230-909 – São Paulo – SP
Tel.: 11 3824.5400 (Teleatendimento)
E-mail: crcsp@crcsp.org.br
Portal: www.crcsp.org.br

Que venha 2019, o ano da 26ª CONVECON

Acredito que todos concordamos que 2018 foi um ano de fortes emoções! Tomamos posse no CRCSP, escolhidos que fomos em eleição no ano anterior, e estamos trabalhando com muita energia, já com a 26ª CONVECON agendada para os dias 4, 5 e 6 de novembro de 2019, no Expo Center Norte. Não esqueça de reservar estes dias.

Bem, depois da emoção que as eleições nos provocaram – familiares, amigos e conhecidos se estranhando em uma disputa muito polarizada -, veio o resultado e partimos para uma gestão do Brasil que, esperamos, venha com um pacote de coisas boas: emprego, renda e igualdade de oportunidades para todos os brasileiros.

Encerramos o ano da **Revista CRCSP** também com ótimas novidades: contamos nossa participação – minha e do vice-presidente de Administração Finanças, José Donizete Valentina, no Fórum Mundial de Desenvolvimento 2018, em outubro, em Genebra, na Suíça, onde pudemos aprender muito com os líderes mundiais da Contabilidade.

Matérias com temas bem atuais e instigantes, como as mudanças que afetam todos nós – profissionais e empresários da contabilidade e as reflexões que o Dr. Edgar Cornacchione fez sobre diferentes gerações de empreendedores contábeis.

Está todo mundo ansioso para saber como funcionará na prática o projeto "Nos Conformes" do governo estadual paulista. Fomos direto perguntar para a Coordenadoria de Administração Tributária (CAT) da Sefaz-SP, responsável pela implantação do programa.

Retenção de talentos é um problemão para muitas empresas. Nas firmas de auditoria também. Temos uma matéria que procura saber porque os talentos não esquentam cadeira nas empresas. Queremos saber também como está o PLP n.º 295/2016, que estabelece normas gerais sobre o planejamento, orçamento, fundos, contabilidade, controle e avaliação na administração pública.

eSocial: nunca é demais as informações sobre os trabalhadores das empresas. Desta vez, nossas informações são sobre o eSocial para entidades do Terceiro Setor. É importante saber que a obrigatoriedade para esse segmento começa já em 2019.

Cautela para as análises que se fazem necessárias é o conselho para os colegas peritos contábeis que irão trabalhar com processos de recuperação judicial – tema de mais uma matéria da nossa revista.

Aproveitamos a oportunidade para desejar a todos ótimas festas e que o Ano Novo venha com muita paz, saúde e as alegrias que a Contabilidade traz às nossas vidas. Que venha 2019, com novos desafios e muitas vitórias!

Contadora Marcia Ruiz Alcazar
Presidente do CRCSP

CRCSP

A contribuição da Contabilidade no novo modelo de negócios do mundo **5**

Empresário da Contabilidade

Empreendedor e tecnológico: o novo empresário da contabilidade **8**

Arbitragem, Mediação e Perícia

O perito contador no processo de **recuperação judicial** **12**

Contabilidade e o Setor Público

Projeto de Lei em tramitação prevê **mudanças importantes na qualidade dos gastos públicos** **10**

Profissional da Contabilidade

Programa "Nos Conformes" prevê contrapartidas aos contribuintes que estejam em dia com o ICMS **14**

Auditoria

Retenção de talentos: como as auditorias lidam com essa dificuldade **16**

Academia

Tecnologia e novas metodologias de ensino facilitam o aprendizado **19**

Responsabilidade Social e o Terceiro Setor

eSocial: implantação para entidades do Terceiro Setor começa em 2019 **22**

Agenda

CONVECON - 04, 05 E 06/NOV **25**

A contribuição da Contabilidade no novo modelo de negócios do mundo

O CRCSP esteve representado no Fórum Mundial de Desenvolvimento 2018, organizado a cada dois anos pelo Grupo de Trabalho em Padrões Internacionais de Contabilidade (*International Standards of Accounting and Reporting*, ISAR, no original em inglês). O evento aconteceu entre os dias 22 a 26 de outubro, em Genebra, na Suíça.

A presidente do CRCSP, Marcia Ruiz Alcazar, e o vice-presidente de Administração e Finanças, José Donizete Valentina, participaram do evento das Nações Unidas que discutiu estratégias e soluções para os desafios de investimento e desenvolvimento no mundo.

Realizado desde 2008, este ano o Fórum trouxe o tema "Investindo no Desenvolvimento Sustentável". Mais de 5 mil representantes, de 160 países, participaram do encontro de líderes, com mais de 60 eventos e reuniões em sua programação.

Uma das representantes do Brasil, a contadora do Departamento de Captação Internacional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Vânia Maria da Costa Borgerth, participou do painel "*Key Trends in Accounting and Reporting and Their Impact an Sustainable and Inclusive Development*" ("Tendências Chaves em Contabilidade e os seus Impactos em Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo", em tradução livre).

Segundo Vânia, esse painel discutiu tendências atuais em termos de contabilidade e reporte corpo- ▷

Marcia Ruiz Alcazar, presidente do CRCSP, e José Donizete Valentina, vice-presidente de Administração e Finanças do CRCSP.

rativo. O painel contou com a participação de representantes do *International Accounting Standards Board* (Iasb), do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e do Parlamento Europeu.

Vânia abordou o Relato Integrado, como ele se relaciona com a informação contábil e a não contábil, contribuindo para um maior grau de transparência das empresas. Também como o Relato Integrado pode ser utilizado para reportar a implantação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vem conseguindo se comunicar melhor com o mercado desde a sua implantação.

A contadora do BNDES falou sobre Comissão Brasileira do Relato Integrado, da qual é coordenadora, e de como o Tribunal de Contas da União (TCU) pretende usar o Relato Integrado em substituição do Relatório de Gestão.

"O Relato Integrado não é um novo relatório, mas uma nova forma de conduzir o "processo" de reportar, priorizando a informação concisa, apresentada de forma visualmente atraente, abordando tanto a informação positiva quanto a negativa, com perspectiva futura" – explicou Vânia.

> "O resultado é que os relatórios preparados sob o *framework* do Relato Integrado são mais objetivos, destacando o que é relevante e contribuindo para uma visão mais abrangente da empresa" disse Vânia

"O resultado é que os relatórios preparados sob o *framework* do Relato Integrado são mais objetivos, destacando o que é relevante e contribuindo para uma visão mais abrangente da empresa', disse Vânia. "Sua capacidade de conjugar informação financeira com a não financeira faz com que o Relato Integrado seja uma peça natural de monitoramento da implantação dos ODS, dado que grande parte deles não podem ser mensurados financeiramente. O Guia dos Indicadores a serem utilizados, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a participação do Brasil, tem por objetivo facilitar a apresentação de indicadores que representem o percentual de implantação destes objetivos no Relato Integrado das empresas."

A coordenadora da Comissão Brasileira do Relato Integrado disse também que "o Brasil assumiu compromisso de Governo com relação aos ODS. No entanto, ninguém espera que todas as iniciativas relacionadas aos ODS sejam tomadas pelo próprio Governo, mesmo porque muitas já foram incorporadas na estratégia das próprias empresas. Para capturar o que vem sendo feito pelas empresas, então, é necessário que as empresas reportem com transparência o que vêm sendo realizado. O Relato Integrado é o veículo para esse reporte."

Nova economia, impactada pela mudança do clima e novos padrões de consumo

O Brasil estava representado também pela diretora da B3 e presidente do Conselho Deliberativo do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Sonia Consiglio Favaretto, que participou do painel "*Enhancing Comparability of Sustainability Reporting: Selection of Core Indicators for Entity Reporting on the Contribution Towards the Attainment of the Sustainable Development Goals*" ("Melhorando a Comparabilidade dos Relatórios de Sustentabilidade: Seleção dos Principais Indicadores para os Relatórios de Entidades sobre a Contribuição para a Consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", em tradução livre).

Vânia Borgerth – Contadora do Departamento de Captação Internacional do BNDES.

"Tanto o Relato Integrado quanto a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, trazem a proposta de que as companhias devem incorporar fatores sociais, ambientais e de Governança Corporativa (ESG) no seu dia a dia econômico-financeiro", disse Sônia Favaretto.

"Existe a proposição de que temos que criar uma nova economia e um novo padrão de fazer negócios porque percebemos nos últimos anos que as questões ESG são riscos e oportunidades para o setor empresarial", defende Sonia.

"A importância destas duas iniciativas, tanto o Relato Integrado como toda a agenda da ONU, é trazer propostas completas e orientações de como trilhar este caminho, ou seja, como as companhias podem começar a trazer essas questões para sua estratégia, para suas práticas, produtos e serviços".

Em relação aos negócios no Brasil, na opinião de Sonia, "já existe uma prontidão para uma nova economia, que é impactada pela mudança do clima, por novos padrões de consumo e por um mundo que entende que as questões ambientais, sociais e de governança são parte intrínseca do modelo de negócio ao contrário de 20 anos atrás."

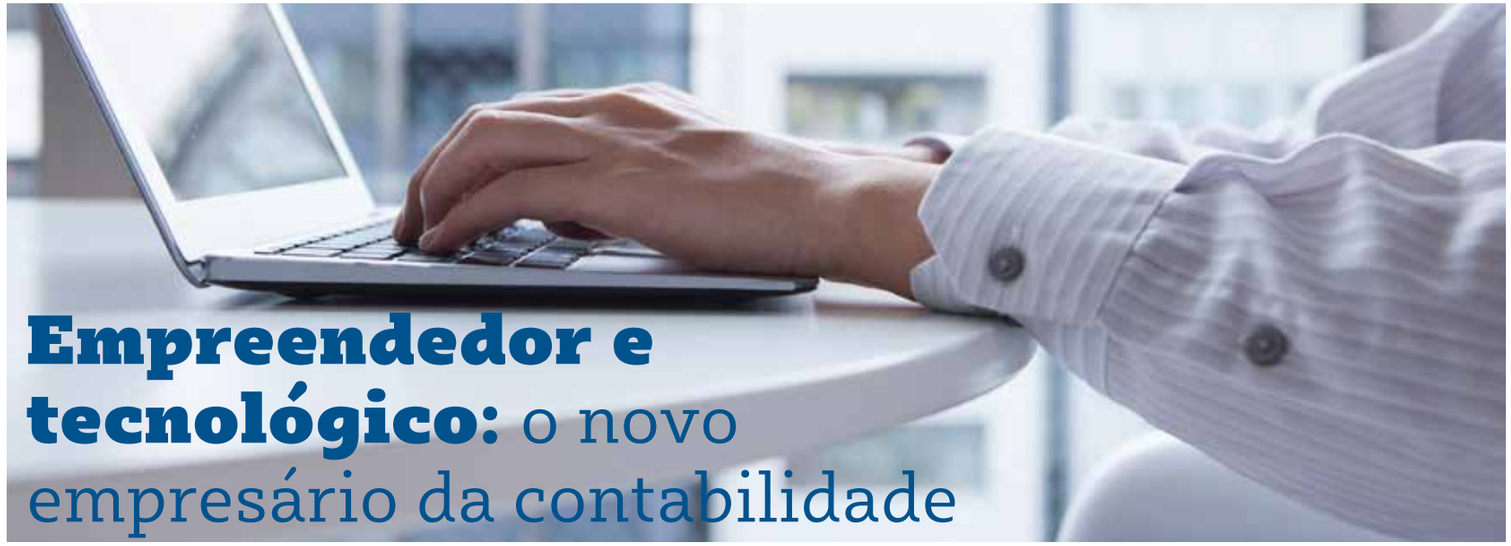
Trazer essa experiência para o Brasil, segundo a presidente Marcia, "é fantástico porque reúne as inteligências de vários países buscando uma nova plataforma de convergência de informações que levem a soluções de sustentabilidade".

O vice-presidente Donizete disse que o Brasil marcou presença no evento, "com contribuições às soluções simples e eficiente de sustentabilidade, que afetam todos os países. O Brasil, ao apresentar propostas criativas, faz parte desse time".

> "Existe a proposição de que temos que criar uma nova economia e um novo padrão de fazer negócios porque percebemos nos últimos anos que as questões ESG são riscos e oportunidades para o setor empresarial" defende Sonia.

"Existe a proposição de que temos que criar uma nova economia e um novo padrão de fazer negócios porque percebemos nos últimos anos que as questões ESG são riscos e oportunidades para o setor empresarial" defende Sonia.

Sônia Consiglio Favaretto – Diretora de Investimento Social da B3 e presidente do Conselho Deliberativo do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).



Empreendedor e tecnológico: o novo empresário da contabilidade

Classificada como uma das profissões mais seguras com relação à empregabilidade, quem opta pela Contabilidade está a salvo das constantes turbulências da economia brasileira?

A estabilidade na carreira, no entanto, não coloca a profissão a salvo das mudanças que ocorreram com a chegada da tecnologia que alterou – e muito - a profissão. O ritmo das novidades que surgiram nas últimas décadas mudou o perfil do profissional.

Atividades burocráticas como assinalar em livros ocorrências dos negócios passaram a ser feitas por softwares especializados liberando o profissional para o lado analítico e de gestão do negócio.

O profissional da contabilidade realmente sofre um grande processo de mudança. Mas, "deve-se olhar para duas realidades diferentes: o profissional recém-saído do Exame de Suficiência e o profissional que já está estabelecido há anos no mercado", alerta o professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), Edgard Cornacchione.

São gerações diferentes, com diferentes condições de trabalho: "o recém-formado tem uma grande propensão ao empreendedorismo, conceitos diferentes de salário, aposentadoria, novos modelos de negócios. E encara a tecnologia como aliada", analisa o professor da USP.

O profissional que empreende há anos tem maior resistência a novidades, muitas vezes as ferramentas tecnológicas são encaradas como ameaça. "Não são uma ameaça", garante Cornacchione. "Tarefas rotineiras são feitas por softwares, deixando para o contador tempo para desenvolver outras habilidades, além do conjunto de conhecimento do profissional, que deve conhecer as variáveis econômicas das empresas.

Quando os processos burocráticos da contabilidade foram automatizados, abriu-se um espaço para que o profissional usasse seu lado mais gerencial. Mas para isso ele tem que contar com o recurso do *big data* – uma alta quantidade de dados que ficam à disposição das empresas.

Novas competências

Saber falar, saber ouvir criticamente, novas habilidades no trato com as pessoas traçam um novo perfil para o contador. "Com a internacionalização das Normas Contábeis, inevitavelmente expressar-se em outros idiomas ficou mais comum hoje em dia", observa o Prof. Cornacchione. Mas, nem sempre o profissional se deu conta da importância de falar outra língua, além do português.

> "Deve-se olhar para duas realidades diferentes: o profissional recém-saído do Exame de Suficiência e o profissional que já está estabelecido há anos no mercado."
>
> Edgard Bruno Cornacchione Junior – Professor da FEA/USP.

Se há anos atrás a formação do profissional da contabilidade abriu mão de abordar a tecnologia, hoje isso seria a falência do profissional que está se formando. "Não digo que o contador deve entender a fundo a tecnologia da informação, mas ele deve deter o conhecimento das ferramentas que vão facilitar, agilizar e colocá-lo como um profissional do seu tempo.

Além do currículo tecnicista, para que adquira um raciocínio questionador, que tal apreciar uma obra de arte?

Por que não? questiona Cornacchione. "Não somos máquinas e, como seres humanos, podemos apreciar o belo. Aliás, acredito que há muito de arte na Contabilidade".

Então, habilidades comportamentais também são importantes – investir em atualização constante é uma das mais importantes. Disposição para cursar uma pós-graduação, mestrado, MBA é o que se espera que o contador com visão faça.

Conhecer outras áreas - economia, administração, direito, estatística, tecnologia são fundamentais porque o contador tem que ter esse perfil de profissional que gosta de estudar, mas tem também que ter habilidade com relacionamentos interpessoais – que sabe se comunicar e fazer a ponte entre o departamento contábil e outras áreas como marketing, vendas ou operações.

Áreas como *compliance*, auditoria, *business intelligence*, gestão, perícia contábil e o mercado financeiro estão entre as muitas novas opções mais requisitadas pelo mercado.

Busca da vantagem humana

Tarefas rotineiras e repetitivas podem muito bem ser feitas por robôs ou por ferramentas usadas pela Inteligência Artificial. É um novo arranjo social, que Cornacchione acredita que acontecerá já nas próximas décadas.

Nessa nova transição, o ser humano deixaria de fazer tarefas que não agregam valor nenhum, mas teríamos a "vantagem humana" de somente o ser humano ser capaz de resolver outras questões.

Nossa capacidade de vencer obstáculos, de trabalhar individual ou coletivamente, de fazer o que a Inteligência Artificial não consegue, esta é a nossa vantagem como seres humanos e como empreendedores. E é ela que devemos valorizar.

Projeto de Lei em tramitação prevê **mudanças importantes na qualidade dos gastos públicos**

Os procedimentos para o planejamento, controle e avaliação de gastos no Setor Público devem passar por mudanças importantes em breve. Atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei PLP n.º 295/2016 estabelece normas gerais sobre o planejamento, orçamento, fundos, contabilidade, controle e avaliação na administração pública.

Além de estruturar normas relacionadas aos orçamentos de entes públicos, hoje dispersas na Legislação, o PLP n.º 295/2016 irá adequar procedimentos no âmbito das finanças públicas às Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (Ipsas - *International Public Sector Accounting Standards*, no inglês original).

Joaquim de Alencar Bezerra Filho – Vice-presidente de Política Institucional do CFC.

De autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) e relatoria na Câmara da deputada federal Simone Morgado (MDB/PA), o Projeto de Lei altera dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000) e da Lei das Finanças Públicas (Lei n.º 4.320/1964).

Para o vice-presidente de Política Institucional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Joaquim de Alencar Bezerra Filho, ambas as leis deram grandes contribuições para o equilíbrio orçamentário na esfera pública. As atualizações propostas pelo PLP n.º 295/2016, no entanto, irão aprimorar os dispositivos de controle orçamentário já existentes.

"A adequação dos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial à nova linguagem das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e às Ipsas será muito positiva. O Brasil precisa conhecer o valor real do seu patrimônio, fruto de todos os seus investimentos, e a nova lei traz condições para tal, o que dará também maior segurança aos investidores", destacou Bezerra.

Segundo Joaquim Bezerra, o Brasil possui um histórico de distorções em questões orçamentárias, seja o não cumprimento do orçamento em sua plenitude, sejam recursos empenhados e não liquidados ou a desconexão entre orçamentos dos municípios, dos estados e da União. "Com a nova lei, nós poderemos ter a real mensuração do patrimônio do Brasil e todas essas inconsistências tendem a ser eliminadas", afirmou o vice-presidente.

O vice-presidente de Política Institucional do CFC ressalta como principais novidades trazidas pelo Projeto de Lei em tramitação no Congresso:

- Estruturação dos orçamentos públicos, atualmente dispersos em várias legislações.
- Previsão de um novo regime fiscal, com limite de teto de gastos pelos próximos 20 anos.
- Determinação de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) contenha a previsão de receita para o ano seguinte.
- Previsão de que os estados enviem seus orçamentos em data anterior ao envio dos orçamentos dos municípios, o que permitirá uma melhor previsão sobre as transferências governamentais, atualmente desconhecidas neste momento, em virtude da similaridade de prazos.
- Determinação de que o Plano Plurianual siga rigorosamente o plano de governo do governante eleito e de que as emendas não possam ser alocadas em obras diferentes até as suas reais conclusões.

Um dos pontos do PLP n.º 295/2016 que merecem destaque é a padronização dos registros contábeis para o controle orçamentário, que permitirá ao Conselho de Gestão Fiscal e à sociedade de forma geral terem maior controle sobre os recursos públicos. "Passaremos enfim a ter uma linguagem única no Brasil e no mundo quanto a interpretações desses dados por todos os usuários", comemora Joaquim Bezerra.

Bezerra aponta, porém, alguns desafios a serem superados pela administração pública com a entrada em vigor do Projeto de Lei, entre eles a necessidade de adequar orçamentos ao novo regime fiscal da limitação de gastos e a possíveis mudanças que estão na pauta da discussão política, como a nova Lei de Licitações e a Reforma da Previdência.

"Inicialmente isso pode representar alguma dificuldade, sobretudo nos municípios e estados, mas com o devido treinamento esses desafios serão superados e teremos um ganho considerável na qualidade orçamentária do Setor Público", concluiu Joaquim Bezerra.

O perito contador no processo de **recuperação judicial**

José Vanderlei Masson – Presidente do Conselho Deliberativo da Apejesp.

Empresas de todos os portes estão sujeitas a problemas que podem em muitos casos colocar em risco a sobrevivência da organização. Existem formas de se minimizar este risco, o que passa necessariamente por uma contabilidade consistente e de acordo com as normas e as boas práticas contábeis. Mas na iminência de uma crise econômico-financeira, os responsáveis pela gestão podem buscar no processo de recuperação judicial um caminho para evitar a falência e sair da crise.

Instituídos pela Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), os processos de recuperação judicial possibilitam ao responsável pela gestão instituir um plano de recuperação. Mas por envolver processos de avaliação de ativos e passivos, a organização e leitura de registros contábeis, o perito contador é parte integrante do processo de recuperação judicial.

"A perícia contábil é imprescindível na recuperação judicial, principalmente na análise das demonstrações financeiras e livros contábeis", explicou o perito contador José Vanderlei Masson. Autor de livros sobre o tema, entre eles **Direito Recuperacional e Direito Recuperacional de Empresas e Falências – Aspectos e Relevantes da Lei nº 11.101/2005**, Masson é membro da Academia Paulista de Contabilidade (APC) e presidente do Conselho de Administração da Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo (Apejesp).

Masson informou que os serviços de perícia contábil são necessários desde o início do processo, na avaliação de viabilidade da recuperação judicial. Ele pode ser nomeado pelo juiz, para fazer a análise dos documentos contábeis da empresa e fornecer subsídios ao magistrado em sua decisão, ou pelo administrador judicial, para auxiliá-lo no decorrer do processo.

"Em síntese, o perito contador atua inicialmente na análise da instrução do pedido de recuperação, elaboração do quadro de credores, análise de divergências, impugnações e habilitações de crédito e análises mensais de balancetes patrimoniais. Ele também participa das assembleias-gerais de credores, auxiliando o administrador judicial no processo", revelou o presidente do Conselho de Administração da Apejesp.

Entre as funções do perito contador durante a fase processual, destacam a verificação da regularidade da escrituração contábil apresentada, analisar a viabilidade da recuperação judicial e estimar a perspectiva de melhora nos resultados, de acordo com informações relacionadas a períodos anteriores à crise.

Devido às peculiaridades que cada setor empresarial possa apresentar, Masson recomenda aos peritos que atuam na recuperação judicial estejam familiarizados também com a área de atuação da empresa. "Além dos procedimentos adotados nos outros segmentos periciais, o perito deve estar atualizado na legislação e jurisprudência pertinentes a matéria especializada", aconselha o especialista.

Aos peritos contadores que já atuam ou pretendem atuar em processos de recuperação judicial, Vanderlei Masson faz ainda uma última advertência: "tenham cautela especialmente na análise dos créditos apresentados pela parte devedora, visto que, a relação de credores e plano de recuperação são peças fundamentais no andamento do processo recuperacional".

Contabilidade no dia a dia da empresa

A falta de planejamento, a ausência de controles contábeis eficientes e a tomada de decisões sem o devido embasamento nas informações contábeis são algumas das razões mais recorrentes que contribuem para que empresas entrem em processo de falência ou de recuperação judicial.

Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de 2013 indicam que 24,4% das micro e pequenas empresas encerram suas atividades após dois anos de existência. O percentual chega a 50% se considerarmos as empresas que fecham as portas em menos de quatro anos.

"A não adoção das boas práticas contábeis por parte dos gestores compromete a existência de controles econômicos e financeiros confiáveis, o que, no longo prazo, levam as empresas a dificuldades financeiras", revelou Vanderlei Masson. Ele considera que, para evitar uma nova crise, é fundamental que as empresas passem a reconhecer mais o trabalho dos profissionais da contabilidade e tomem decisões sempre com base nas informações prestadas nas demonstrações contábeis.

Programa "Nos Conformes" prevê contrapartidas aos contribuintes que estejam em dia com o ICMS

As empresas que cumprem regularmente as obrigações relacionadas ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) têm agora mais uma razão para manter as obrigações em dia.

O governo estadual paulista, por meio da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz-SP), criou o Programa de Estímulo à Conformidade Tributária "Nos Conformes", que prevê medidas para incentivar a autorregularização do contribuinte, promovendo assim uma mudança cultural no relacionamento do contribuinte com os órgãos tributários.

A implantação do Nos Conformes é realizada pela Coordenadoria de Administração Tributária (CAT) da Sefaz-SP. O coordenador da CAT, Gustavo de Magalhães Gaudie Ley, destaca o caráter inovador do programa, alinhado com as boas práticas internacionais.

"São Paulo é o primeiro estado brasileiro a estabelecer um conjunto de normas para facilitar e incentivar a autorregularização, com a redução dos custos de conformidade para os contribuintes e medidas para estimular o cumprimento voluntário das obrigações tributárias", declarou Ley. Para ele, medidas como esta criam condições para construir um ambiente de confiança entre os contribuintes e a Administração Tributária.

Criado pela Lei Complementar n.º 1.320, de 6 de abril de 2018, e regulamentado pela Resolução da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo SF n.º 105, de 27 de setembro de 2018, o Nos Conformes entrou em funcionamento em 17 de outubro deste ano, inicialmente em fase experimental. O período de testes ocorre até 28 de fevereiro de 2019, quando entrará em vigor de forma definitiva.

As medidas propostas são regidas pelos princípios de simplificação tributária, boa-fé entre os envolvidos, segurança jurídica e objetividade na aplicação dos tributos, transparência nas informações e concorrência legal entre os agentes econômicos.

Gustavo Ley explica que, por meio do monitoramento fiscal e da autorregularização, a Administração Tributária irá proporcionar mais agilidade em demandas que são direitos do contribuinte. "No longo prazo, isto favorece, inclusive, a atração de investimentos para o estado, pois reduz os níveis de inadimplência e cria um ambiente de segurança jurídica para a concorrência leal entre os agentes", declarou o coordenador da CAT.

A Sefaz-SP espera com o Nos Conformes elevar a arrecadação por meio da redução da inadimplência, sem o aumento da carga tributária. "Nosso principal objetivo é aproximar o contribuinte da autoridade fiscal e estimulá-lo a melhorar seu nível de compliance. Nossa expectativa é poder atuar com mais assertividade e eficiência, com foco na orientação, no monitoramento fiscal e no aprimoramento da atividade fiscalizatória", declarou Ley.

"Queremos assim alcançar um nível menor de contencioso e inadimplência, valorizar os bons contribuintes e criar um ambiente de negócios mais justo, com menor assimetria de informações e maior segurança jurídica", concluiu o coordenador da CAT.

Perfil de conformidade tributária

O funcionamento do programa Nos Conformes se dá pela classificação dos contribuintes do ICMS em sete categorias ("A+", "A", "B", "C", "D", "E" e Não Classificado - "NC"), com base em três critérios:

I – adimplência em relação às obrigações pecuniárias tributárias do ICMS;

II - aderência entre a escrituração ou declaração e os documentos fiscais emitidos e recebidos pelo contribuinte;

III – perfil dos fornecedores do contribuinte com base nos mesmos critérios de avaliação.

A partir desta classificação, o contribuinte bem avaliado passa a ter algumas contrapartidas, como o tratamento diferenciado em algumas demandas tributárias.

Os contribuintes das categorias A e A+, por exemplo, podem solicitar uma análise fiscal prévia em suas operações, sem a lavratura de auto, caso seja constatada uma irregularidade. Com isso, o contribuinte tem a oportunidade de reparar o problema antes da fiscalização real. Outros benefícios à conformidade tributária incluem a apropriação de crédito acumulado e a renovação de regimes especiais para o cumprimento de obrigações fiscais.

O programa prevê ainda um regime especial aos "devedores contumazes". São assim classificados os sujeitos passivos com débitos de ICMS não pagos em seis períodos de apuração ou com débitos em dívida ativa superiores a 40 mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (Ufesp), quando corresponderem a mais de 30% do patrimônio líquido ou 25% das operações de saída e prestações de serviço.

Próximas etapas do programa

A CAT informa que a classificação do ICMS estará disponível para consulta restrita pelo contribuinte até 28 de fevereiro de 2019. Neste período, haverá um link no sistema para que contribuintes e profissionais da contabilidade manifestem à Sefaz-SP qualquer discordância referente à sua classificação, ou sugestões para o aprimoramento do sistema. Nesta fase inicial, a classificação não terá efeitos para as contrapartidas previstas pelo programa. E a partir de 1º de março de 2019, todas as empresas terão a sua nota divulgada, caso não optem pela não divulgação. A classificação ficará disponível para consulta no portal da Sefaz-SP.

Desde o início da implantação do programa Nos Conformes, a Administração Tributária realiza uma campanha para o credenciamento de contribuintes. Para isto, a secretaria realiza contato telefônico com os contribuintes que não se credenciaram no Domicílio Eletrônico do Contribuinte (DEC), para conscientizá-los sobre a importância e os benefícios desta ferramenta de orientação tributária.

A coordenadoria adverte os contribuintes, no entanto, que este contato destina-se apenas à orientação. A Secretaria da Fazenda não encaminha links, não solicita informações durante o contato, nem envia cartas aos contribuintes solicitando seus dados cadastrais..

Gustavo de Magalhães Gaudie Ley – Coordenador da CAT/Sefaz-SP.

Retenção de talentos: como as auditorias lidam com essa dificuldade

O perfil dos profissionais, principalmente dos mais jovens, mudou nas últimas décadas. Não há mais a preocupação em "construir carreira" dentro de um único lugar. Não existe mais obediência à hierarquia e a ideia da sonhada promoção ano a ano. "Até mesmo os treinamentos dos novos talentos são diferentes hoje", conta a auditora e conselheira do CRCSP, Angela Zechinelli Alonso.

"Os treinamentos são sempre digitais, para grupos reduzidos e com propósitos bem objetivos". Membro da Comissão de Educação Profissional Continuada do Conselho Federal de Contabilidade, Angela lembra da época em que o conhecimento se adquiria por meio de livros e de provas. Ela enfatiza a importância de o auditor cumprir, no mínimo, 40 pontos do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), exigência da NBC PG 12.

"As auditorias não conseguem reter os talentos. Não existe o comprometimento; bem treinado, o profissional facilmente passa para outras empresas, porque ele busca o imediato. Ele quer ser sócio da empresa em poucos anos".

A dificuldade começa na captação dos talentos, na opinião do auditor de uma grande firma de auditoria e conselheiro do CRCSP, Bruno Alexandre Cruz. "As empresas precisam de profissionais com sólidos conhecimentos técnicos e de tecnologia e o domínio do inglês, já que hoje se usam as Normas Internacionais de Contabilidade." Professor universitário, Bruno tem dificuldade em encontrar esse tipo de perfil do estudante que está terminando o curso de Ciências Contábeis.

Auditor há 13 anos, ele mesmo jovem talento de 36 anos, Bruno acha "natural, nesse tipo de *business*, a procura de novas oportunidades. Quando você chega na empresa, como *trainee*", conta Bruno, "aprende-se muito, com salário baixo. Alguns anos depois, já na época de casar, comprar apartamento, ter uma vida social mais agitada, além do conhecimento, você quer ter um salário melhor e mais qualidade de vida. Então, é natural que procure outras oportunidades".

A possibilidade de aprender coisas novas, do relacionamento com a equipe de trabalho e, sobretudo, do relacionamento com o cliente, são atrativos, na opinião de Bruno, que podem reter o profissional na empresa.

"O conhecimento acumulado do cliente – saber os riscos do negócio e o seu controle interno são muito importantes para que o profissional se sinta integrado na empresa. Além de vislumbrar possibilidade de crescer profissionalmente, é evidente." ▷

Angela Zechinelli Alonso – Conselheira do CRCSP.

Conquistar o comprometimento de colaboradores e equipes é uma tarefa árdua e bastante complicada, pois repassar os valores, objetivos e a cultura da empresa são atividades que consomem tempo e recursos no treinamento dos funcionários.

Implantar uma estratégia que favoreça a atração e a retenção de talentos não é uma tarefa fácil, já que as relações de emprego passaram por grandes mudanças nos últimos anos. As vagas ofertadas têm mais visibilidade e os profissionais sabem exatamente onde procurar o trabalho que desejam.

Segundo pesquisa da HayGroup, empresa que trabalha no mercado de gestão de pessoas, 64% das empresas têm dificuldade na retenção de colaboradores. Esse número é bastante elevado, e pode ser ainda pior nas empresas de pequeno e de médio porte — que não possuem orçamento específico para isso.

Ter bons profissionais garante a continuidade da excelência no serviço prestado pela empresa e evita novos gastos, de tempo e dinheiro, com seleções e treinamentos. Nesse processo de retenção de talentos, para não perder esses grandes potenciais humanos, é essencial valorizar o funcionário, motivando-o para o trabalho. Ele precisa saber e sentir que é parte essencial da equipe.

Atualmente, a qualidade de vida (dentro e fora do ambiente de trabalho), a experiência, o aprendizado e a oportunidade de crescimento e satisfação pessoal são fundamentais para os funcionários e, muitas vezes, mais importantes do que a proposta salarial.

Tudo isso tem feito com que as empresas repensem a maneira como conquistam e fidelizam seus funcionários. Oferecer bom ambiente de trabalho, no qual sejam ouvidos, tenham autonomia e recebam *feedbacks* constantes, sendo reconhecidos pelo que eles desenvolvem, é fundamental.

Também é importante conceder benefícios, como plano de saúde, previdência privada, entre outros. Investir em capacitação é outra maneira de fidelizar a equipe, além de garantir profissionais mais preparados para realizar suas atividades.

Bruno Alexandre Cruz – Conselheiro do CRCSP.

Tecnologia e novas metodologias de ensino facilitam o aprendizado

A crescente presença da tecnologia no mundo é uma realidade incontestável. A utilização e cruzamento de informações de extensos bancos de dados (o *Big Data*), as diversas aplicações da Inteligência Artificial, inclusive na previsão de comportamentos e tendências do mercado, são hoje temas amplamente conhecidos. Entre estas aplicações, tem ganhado destaque no ambiente acadêmico o uso da tecnologia como ferramenta de ensino, especialmente nos cursos de Ciências Contábeis.

Dá-se o nome de "gamificação" (do inglês *gamification*) à aplicação de dinâmicas de jogos para encontrar soluções e atender a demandas em diversos segmentos da sociedade. No ensino de Ciências Contábeis, o tema é fonte de estudos acadêmicos e tem casos de muito sucesso em sua aplicação.

Além de facilitar a compreensão do conteúdo ministrado em aula e dar ao professor a possibilidade de aprofundar temas, os jogos virtuais trazem também outros benefícios para a sala de aula. Eles estão inseridos nas chamadas metodologias ativas de ensino, concepção pedagógica que coloca o aluno como agente central no processo de aprendizado, que é feito de forma participativa e autônoma.

O conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRCMG) e professor universitário Sidney Pires Martins é o criador de uma destas metodologias. Intitulada "Jogos Mortais: a Pedagogia do Whatsapp", a técnica se baseia na utilização do aplicativo de mensagens instantâneas, leitores de QR Code (códigos de barras de resposta rápida, ou "*quick response*", no original em inglês) e uma dinâmica interativa, que estimula a cooperação e a resolução de problemas com base na negociação.

"Eu me baseei na série de filmes **Jogos Mortais** para criar um jogo de enigmas, que exige que os alunos descubram comandos escondidos, que por sua vez os levarão a um exercício a ser resolvido", revelou Sidney.

Ao elaborar este exercício interativo de imersão, Sidney Martins teve o cuidado de utilizar ferramentas que já fazem parte do cotidiano dos alunos, para que eles não ficassem dependentes do acesso à internet ou de *softwares* específicos.

"A área de Contabilidade é diretamente relacionada à gestão. Por este motivo, o exercício é focado principalmente em habilidades exigidas dos gestores, como negociação e resolução de conflitos. Mas também utilizamos partes impressas, que relacionam a atividade ao conteúdo teórico ministrado em sala de aula", revelou o criador dos "Jogos Mortais".

A tecnologia como facilitadora

Sidney Pires Martins destaca os resultados positivos das metodologias ativas de ensino, mas aponta a necessidade de se tomar alguns cuidados na sua aplicação, para que os resultados pretendidos de consolidação do conhecimento entre os discentes sejam plenamente atingidos.

Sidney Pires Martins – Conselheiro do CRCMG.

"Além de despertarem o engajamento do estudante, ferramentas como esta trazem uma nova forma de compartilhar e consolidar o conhecimento. Eles nunca mais esquecem aquilo que aprenderam. Mas é fundamental que a ferramenta não seja um fim em si mesma. O professor deve concluir a aula e relacionar o exercício ao conteúdo lecionado", pontuou Sidney.

> "Os estudantes universitários hoje pertencem à geração Z. Eles nasceram em um mundo pós-internet e têm como características o pensamento rápido, a tendência ao isolamento e uma forma não linear de pensar"

Compreender o processo de aprendizado dentro de uma nova realidade é uma das grandes questões da atualidade no ambiente acadêmico. Neste contexto, o uso das metodologias ativas é uma forma de superar alguns entraves ao aprendizado. É o que relata Sidney Martins, ao falar sobre a crescente utilização da tecnologia no ambiente universitário.

"Os estudantes universitários hoje pertencem à geração Z. Eles nasceram em um mundo pós-internet e têm como características o pensamento rápido, a tendência ao isolamento e uma forma não linear de pensar", explica Sidney. "É imprescindível cativar esse aluno e despertar o interesse dele no tema apresentado", concluiu o professor.

Entusiasta também de outras metodologias ativas, como o uso de filmes, salas de bate-papo virtuais e vídeos no Youtube, Sidney considera a inovação na área acadêmica uma necessidade cada vez mais urgente, mas aponta também algumas dificuldades para sua implementação.

"Nós temos que aprender a falar, comunicar e nos conectar de forma digital com os alunos. Este processo é irreversível, mas muitos professores resistem em sair de sua zona de conforto e quebrar essa triangulação professor-giz-aluno", sentencia o conselheiro do CRCMG.

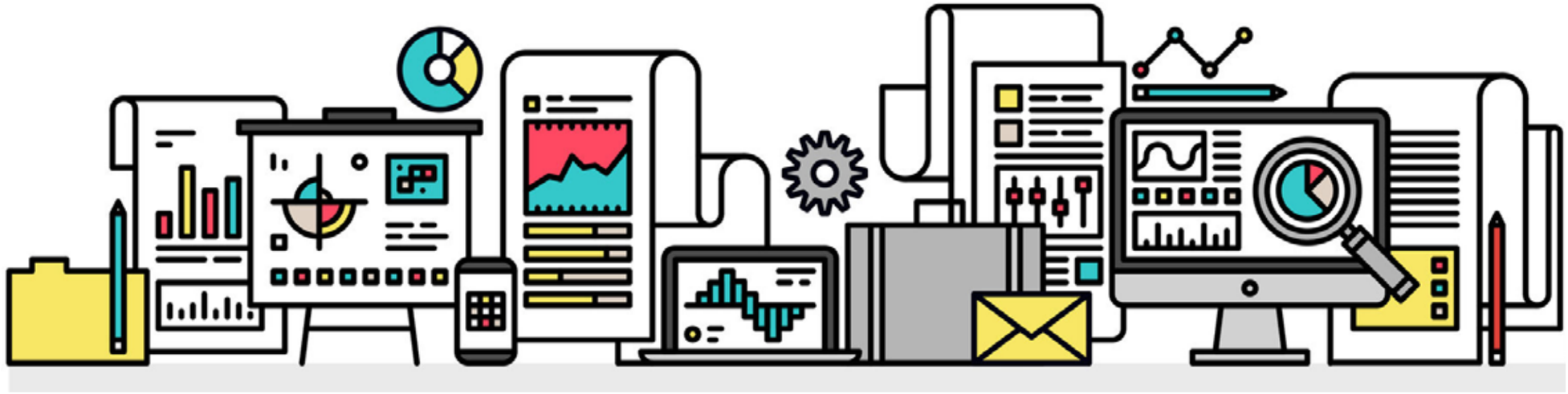
Programadores na área contábil

Por seu caráter lúdico e inovador, os jogos virtuais possuem uma capacidade maior de despertar o interesse dos estudantes por outras ferramentas de ensino. Outros benefícios incluem o desenvolvimento do raciocínio lógico e a possibilidade de criar ambientes em que o ensino é aplicado de forma prática e dinâmica.

Jogos de perguntas e respostas sobre temas contábeis, simulações que envolvam a administração financeira de empresas, cidades e países ou que envolvam a aplicação de conceitos específicos, como a Contabilidade de Custos, são alguns exemplos de aplicações voltadas ao ambiente acadêmico.

Jogos comerciais de simulação e estratégia também têm encontrado espaço nas salas de aula com resultados positivos. Mas alguns especialistas defendem que o caráter didático deles é mais limitado, quando comparados com outros produzidos em ambiente acadêmico.

O sucesso comercial e o custo reduzido, se comparado com a produção de um programa específico, são algumas vantagens da utilização de jogos já existentes. Aplicações mais gerais, por sua vez, podem exigir a produção de *softwares* específicos, especialmente construídos para atender aos objetivos pretendidos.



eSocial: implantação para entidades do Terceiro Setor começa em 2019

Instituído pelo Decreto n.º 8.373, em 2014, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) é a ferramenta por meio da qual os empregadores devem comunicar ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS. Para implantar o eSocial, foi instituído um plano de faseamento, que incluirá as entidades sem fins lucrativos a partir de 2019.

Desta forma, a implantação do eSocial viabiliza garantia aos direitos previdenciários e trabalhistas, racionaliza e simplifica o cumprimento de obrigações, eliminando a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas, e aprimora a qualidade das informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias. Vale lembrar ainda que o projeto eSocial é uma ação conjunta dos seguintes órgãos e entidades do governo federal: Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Ministério do Trabalho (MTb).

Havia dúvidas se a implantação do eSocial valeria também para entidades do Terceiro Setor. "Sim, o Terceiro Setor também terá esta obrigatoriedade, uma vez que são empregadores", explica o conselheiro e coordenador da Comissão de Responsabilidade Social e Inclusão de Cidadania Fiscal, José Augusto Picão.

> "Sim, o Terceiro Setor também terá esta obrigatoriedade, uma vez que são empregadores"

José Augusto Picão – Conselheiro do CRCSP.

A implementação do eSocial foi dividida em grupos. Confira:

Divisão dos Grupos Atual (a partir da Resolução CDES 5/2018)			
Grupos	Características	Grupos	Características
1º Grupo	Compreende as entidades integrantes do "Grupo 2 - Entidades Empresariais" do Anexo V da Instrução Normativa RFB n.º 1.634/2016, com faturamento no ano de 2016 acima de R$ 78.000.000,00.	1º Grupo	Compreende as entidades empresariais com faturamento no ano de 2016 acima de R$ 78.000.000,00. Estas entidades são aquelas integrantes do grupo dois do Anexo V da Instrução Normativa RFB n.º 1.634/2016.
2º Grupo	Compreende os demais empregadores e contribuintes, exceto os previstos no 3º e 4º grupos	2º Grupo	Entidades empresariais com faturamento no ano de 2016 de até R$ 78.000.000,00 e que não sejam optantes pelo Simples Nacional.
3º Grupo	Compreende os entes públicos, integrantes do "Grupo 1 - Administração Pública" do Anexo V da Instrução Normativa RFB n.º 1.634/2016.	3º Grupo	Empregadores optantes pelo Simples Nacional, empregadores pessoa física (exceto doméstico), produtor rural PF e entidades sem fins lucrativos.
4º Grupo	Compreende Segurado Especial e o pequeno produtor rural pessoa física.	4º Grupo	Entes públicos e organizações internacionais.

Nota[1]: O faturamento de R$ 78.000.000,00 mencionado para o 1º grupo compreende o total da receita bruta, nos termos do art. 12 do Decreto-lei nº 1.598/1977, auferida no ano-calendário de 2016 e declarada na escrituração contábil Fiscal (ECF) relativa ao ano calendário de 2016.

Nota[2]: Não integram o grupo dos empregadores e contribuintes obrigados a utilizar o eSocial, nos termos do 1º grupo, as entidades cuja natureza jurídica se enquadrem nos seguintes grupos do Anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016:

a) Grupo 1 - Administração Pública.

b) Grupo 4 - Pessoas Físicas.

c) Grupo 5 - Organizações Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.

Veja o cronograma completo da implantação* do eSocial

eSocial	Grandes Empresas[1]	Demais Entidades Empresariais[2]	Empregador Pessoa Física[3] Optantes pelo SIMPLES Produtor Rural PF Ent. Sem Fins Lucrativos	Orgãos Públicos Organizações Internacionais
Cadastro do empregador e tabelas	2018	2018	2019	2020
	Janeiro	16 Julho	10 Janeiro	Janeiro
Dados dos trabalhadores e seus vínculos com as empresas (eventos não periódicos)	2018	2018	2019	2020
	Março	10 Outubro	10 Abril	Resolução Específica
Folha de pagamento	2018	2019	2019	2020
	Maio	10 Janeiro	10 Julho	Resolução Específica
Substituição da Gfip para recolhimento de contribuições previdenciárias	2018	2019	2019	2020
	Agosto	Abril	Outubro	Instrução Normativa Específica
Substituição da Gfip para recolhimento de FGTS	2019	2020	2020	2021
	Julho	Janeiro	Julho	Janeiro

* Conforme Resolução CDES 05/2018
[1] Com faturamento anual em 2016 maior que R$ 78 milhões
[2] Com faturamento anual em 2016 de até R$ 78 milhões, exceto empregadores da terceira coluna
[3] Exceto Doméstico

Fonte: http://portal.esocial.gov.br/manuais/mos-2-5.pdf (republicada em 3/12/2018).
Atenção: em virtude das constantes atualizações, aconselha-se que se verifique no portal do eSocial se houve alguma mudança.

As entidades do Terceiro Setor, conforme o faseamento de entrega, estão no **Grupo 3**, as quais deverão apresentar as informações divididas por fases, assim distribuídas:

- **Fase 1:** 10/01/2019 - Apenas informações relativas aos órgãos e às pessoas físicas, ou seja, cadastros dos empregadores e tabelas.

- **Fase 2:** 10/04/2019 - Nesta fase, as entidades passam a ser obrigadas a enviar informações relativas aos empregados Ex: admissões, afastamentos e desligamentos.

- **Fase 3:** 10/07/2019 - Torna-se obrigatório o envio das folhas de pagamento.

- **Fase 4:** Julho/2020 - Substituição da Gfip (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social).

Devido a complexidade das informações é muito importante a participação efetiva do profissional da contabilidade para fazer cumprir as determinações do eSocial, não só das entidades do Terceiro Setor, mas de todos os empregadores, sejam Pessoas Jurídicas ou Pessoas Físicas. As informações a serem prestadas, além de envolver as contribuições previdenciárias, envolvem também escriturações fiscais, atribuições dos profissionais da contabilidade, conforme os termos do artigo 25 do Decreto-Lei n.º 9.295/1946 e da Resolução CFC n.° 560/1983.

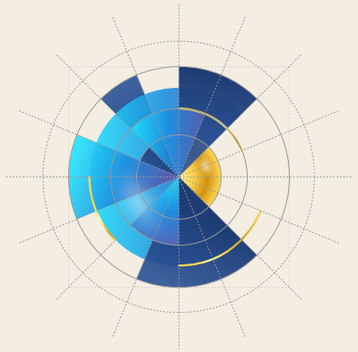
CONVECON - 04, 05 E 06/NOV

Confira, em primeira mão, a programação da 26ª CONVECON

A 26ª Convenção dos Profissionais da Contabilidade do Estado de São Paulo acontecerá nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2019, no Expo Center Norte - Rua José Bernardo Pinto, 333 – Vila Guilherme, São Paulo. A 26ª edição da CONVECON será o espaço para que profissionais, empresários, estudantes e empreendedores discutam as tendências e encontrem soluções para desenvolvermos a inovação para a classe contábil.

Mundo Corporativo e a Revolução 4.0	O Universo Contábil e a Nova Linguagem dos Negócios: Uma Revolução sem Fronteiras (Lab, Hub, Startup, Finch, Criptomoeda, Learning Machine, Blockchain, Iot, Ia, Chatbots, Transmedia Storytelling, Design Thinking, Entre Outros.)	Relevância da Contabilidade para as Maiores e Melhores Empresas de SP: Visão do CEO / CFO / Contador	Pontos Relevantes da Profissão- Conselho Federal da Contabilidade
Controladoria Estratégica	Experiências Práticas da Aplicação de Novas Tecnologias na Auditoria Independente	Contabilidade Pública: Uso de Tecnologias Digitais na Auditoria Governamental	Estruturação de Family Office - Estrutura Contábil/Fiscal/ Jurídica e de Investimentos Familiares como Estratégia de Organização Patrimonial
Blockchain, Inteligência Artificial e Legislação Aplicável na Contabilidade	Atualidades: Normas de Auditoria	Ética Empresarial: Dilemas Éticos na Gestão 4.0	Melhores Práticas de Governança nas Demonstrações Contábeis
Fusão, Cisão e Aquisição como Estratégia de Negócios	Profissionais da Contabilidade: Transparência nos Relatórios Contábeis e Financeiros (Troféu Transparência)	Qualidade nos Trabalhos Periciais	"Red Flags" na Lei Geral de Proteção de Dados - Lgpd - Lei n.º 13.709/2018
Estratégias de Gestão: Experiência Internacional	Governança Corporativa, Psicologia Social e Neurociência Aplicadas à Ética no Mundo dos Negócios	Controles Internos Aplicados ao Processo de Transparência e Sustentabilidade no Terceiro Setor	Divergências de Práticas Contábeis entre as Normas Contábeis Internacionais IFRS e os Órgãos Reguladores
Uso de Inteligência Artificial Aplicado à Contabilidade e à Controladoria	O Contador Como Líder "Um Novo Comportamento nas Organizações Emergentes (Tecnologia, Economia Compartilhada eTercerização)"	Inovação dos Relatórios Contábeis na Gestão Pública	A Relevância do Contador no Processo de Autoregularização de Contribuintes do ICMS (Lei Nos Conformes / Sefaz)
Desafios da Inovação em Organizações Contábeis Familiares	Desenvolvendo Múltiplas Competências para o sucesso nos Negócios e Fidelização dos Clientes	Impactos das Tecnologias Disruptivas na Perícia Contábil	Desafio de Gestão: Indicadores de Desempenho para Gestão das PMEs
Contador Empreendedor	Norma EPC como Diferencial na Gestão de Pessoas e Retenção de Talentos	A Contabilidade como Garantia da Condição de Imunidade e Isenção das Entidades do Terceiro Setor	IFRS Full Certificação Internacional como Diferencial de Desenvolvimento Profissional
A Contabilidade no mundo exponencial	Novas oportunidades de trabalho no Mercado de Auditoria	Startup e Economia Colaborativa	Habilidades e Competências do Contador no Conselho de Administração e Conselhos Fiscais

Agenda



PONTUAÇÃO NORMA EPC	
AUD	14
CMN (BCB)	12,5
SUSEP	12,5
PROGP	14
ProRT	14
PER	14
PREVIC	14

Realização

IPC

Organizadores

CRCSP · FECONTESP · SINDCONT-SP · SESCON-SP · AESCON-SP · APEJESP · IBRACON · Academia Paulista de Contabilidade

Apoio

CFC · ANEFAC · CNPL Confederação Nacional das Profissões Liberais · FENACON

Conteúdos a Distância

Além das atividades presencias em diversas cidades do Estado, o CRCSP disponibiliza um leque amplo de conteúdos via internet gratuitamente e com qualidade aos profissionais da contabilidade, onde quer que estejam.

mais de **10** conteúdos

VOCÊ escolhe → **ONDE E QUANDO** → Gerencia seu **TEMPO**

Com pontuação para Norma EPC

Com emissão de **CERTIFICADO DE APROVEITAMENTO**

LANÇAMENTO

SEJA O CONTADOR DO FUTURO, COMECE HOJE!

SAGE REVOLUTION

REINVENTE
RELACIONE
REPROGRAME

Para que os escritórios contábeis revolucionem o relacionamento com seus clientes e cresçam cada vez mais os seus negócios, criamos o conceito Sage Revolution: maneira como a Sage ajudará na transformação da contabilidade do futuro.

Nesse primeiro momento, lançamos o módulo Sage Relacionamento powered by Plataforma Sage.

sage Relacionamento
POWERED BY Plataforma sage

100% NA NUVEM:
MAIS AGILIDADE E EFICIÊNCIA
PARA O SEU NEGÓCIO

Menos tarefas operacionais | + Papel consultivo e estratégico | + Produtividade

Processo	SEM sage Relacionamento	COM sage Relacionamento
Digitação de eventos	224 horas	Pode zerar, dependendo do tipo de conferência a ser feita
Tempo por admissão	15 minutos (no mínimo)	5 minutos
Envio de um relatório simples	2 minutos (enviado por e-mail)	35 segundos (publicado)

Veja quanto tempo você vai ganhar com o Sage Relacionamento

A ajuda que o contador precisava para aumentar a rentabilidade e utilizar a sua expertise na geração de mais negócios.

*Ligue **0800 707 5330** e solicite uma demonstração ou acesse **www.sage.com.br/plataforma-sage***

04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2019

EXPO CENTER NORTE
PAVILHÃO AZUL

RUA JOSÉ BERNARDO PINTO, 333
VILA GUILHERME – SÃO PAULO-SP

26ª CONVECON 2019

REALIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO

APOIO

AGÊNCIA ORGANIZADORA